

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 24

Data: 19 de junho de 1979

Pg.: _____

Deputado denuncia Jari após a visita

PORTO VELHO (Do Correspondente) — “Quem está lá dentro e por um motivo ou outro ficar devendo, é proibido de sair. Ficá prisioneiro. Os cargos de mando estão todos nas mãos de estrangeiros, não só americanos. Na Silver-Vila Planalto ouvi uma série de denúncias contra a administração do projeto. Daí, talvez, nossos passos terem sido seguidos o tempo todo”.

A revelação é do deputado Aluizio Bezerra (MDB-AC), presidente da subcomissão da Câmara que estuda a devastação da Amazônia, que na quarta-feira passada deixou o Jari, após três dias de investigação, em companhia dos demais deputados integrantes desse grupo de trabalho.

A subcomissão constatou, segundo Bezerra, que está se verificando uma inferiorização de valores culturais, além do impedimento de que seja aplicada a tecnologia nacional, “isto porque desde os técnicos aos diretores, todos são americanos, ingleses, holandeses, gente de fora”.

“O próprio ministro Andreazza reconheceu — declarou o parlamentar — que outros Jaris não se sucederiam. Então, que se corte esse mal pela raiz, nacionalizando o projeto. Aquilo é uma loucura e não se passa nem na Ásia ou na África, mas no próprio Brasil. Os interesses que ditam as regras desse jogo sujo parece que não foram ainda identificados.”

Bezerra entende que o projeto Jari implantou o colonialismo mais requintado, “sem trazer nenhum benefício ao Brasil, visando apenas a supervalorização do grupo”. O Estado do Pará, explicou, só recolhe o ICM, pago pelo consumidor, “enquanto o País permite a remessa de lucros para o exterior, o pagamento de royalties — uma “pouca vergonha” — e o subfaturamento, na realidade, mais que a sonegação propriamente dita, além do desvio de incentivos fiscais”. Por isso, Bezerra reiterou o pensamento da Oposição, de que “o Jari representa hoje, mais que nunca, uma ameaça à soberania nacional”.

DENÚNCIAS

A maior propriedade privada do mundo, na opinião do parlamentar acreano, “não é

mais que um Estado dentro de outro, dirigido e controlado por americanos em todos os setores”. A “Jari Floresta” — diz ele — “nasceu fruto de mil e um artifícios jurídicos, mas um dos fatores que mais nos irrita é a exigência da construção de uma hidrelétrica no Alto Jari, que eles estão insistindo noite e dia”.

Bezerra denunciou que o projeto montou agora um centro de recrutamento de trabalhadores no Maranhão: “Trabalham lá os “gatos de luxo”, muito bem pagos para aliciar trabalhadores, só que não explicam a eles que o regime ali é duro e irreversível”. Os trabalhadores, muitos garimpeiros, são empregados, hoje, na exploração do ouro, cuja produção inicial seria superior a 10 toneladas.

“Não há nenhum controle por parte do governo, da produção rizícola, nem do caulim (750 toneladas por dia), que sai a 70 dólares a tonelada, e a pasta de celulose, a 400 dólares por tonelada. Já desmataram 100 mil hectares e vão desmatar mais 100 mil nos próximos meses. E estão bem garantidos: os policiais do Pará recebem ordenado mensal do governo, de 2.700 cruzeiros, porém, ganham mais 3.500 cruzeiros como “estímulo”, dado pelos americanos. Em suma, eles têm sua própria vigilância.”

O presidente da sub-comissão acusou também a administração do projeto de enganar a opinião pública nacional, “pois descontando-se a alimentação, os trabalhadores não tiram mais que 1.500, dois mil cruzeiros mensais”. “Isso nós constatamos na Silver-Vila Planalto, não é o sonho dourado, que eles tanto apregoam, ao dizerem que o trabalhador paga apenas uma taxa de aluguel. Na verdade, ele está ali, completamente comprometido, coagido e preso. O brasileiro no Jari só significa força de trabalho”.

O deputado finalmente acrescenta: “Eles nunca pagaram o Imposto Territorial Rural, apesar de grandes latifundiários. Possuem uma área superior à da Bélgica e dominam 35 mil pessoas como se fossem animais”.